

## Truques da escrita

Coleção  
ANTROPOLOGIA SOCIAL  
fundada por Gilberto Velho  
dirigida por Karina Kuschnir

- O Riso e o Risível  
Verena Alberti
- Falando da Sociedade
- Outsiders
- Segredos e Truques da Pesquisa
- Truques da Escrita  
Howard S. Becker
- Antropologia Cultural  
Franz Boas
- O Espírito Militar
- Os Militares e a República  
Celso Castro
- Nas Redes do Sexo  
María Elvira Díaz-Benítez
- Bruxaria, Oráculos e Magia  
entre os Azande  
E.E. Evans-Pritchard
- Futuros Antropológicos  
Michael M.J. Fischer
- Nova Luz sobre a Antropologia
- Observando o Islã  
Clifford Geertz
- O Cotidiano da Política  
Karina Kuschnir
- Cultura: um Conceito  
Antropológico  
Roque de Barros Laraia
- Guerra de Orixá  
Yvonne Maggie
- Evolucionismo Cultural  
L.H. Morgan, E.B. Tylor, J.G. Frazer
- A invenção de Copacabana
- De Olho na Rua  
Julia O'Donnell
- A Teoria Viva  
Mariza Peirano
- Cultura e Razão Prática
- História e Cultura
- Ilhas de História
- Metáforas Históricas e  
Realidades Míticas  
Marshall Sahlins
- Antropologia Urbana
- Um Antropólogo na Cidade
- Desvio e Divergência
- Individualismo e Cultura
- Projeto e Metamorfose
- Rio de Janeiro: Cultura,  
Política e Conflito
- Subjetividade e Sociedade
- A Utopia Urbana  
Gilberto Velho
- Pesquisas Urbanas  
Gilberto Velho e  
Karina Kuschnir
- O Mistério do Samba
- O Mundo Funk Carioca  
Hermano Vianna
- Sociedade de Esquina  
William Foote Whyte

Howard S. Becker

# Truques da escrita

Para começar e terminar teses, livros e artigos

Tradução:

Denise Bottmann

Revisão técnica:

Karina Kuschnir



Título original:  
*Writing for Social Scientists*  
(*How to Start and Finish Your Thesis, Book, or Article*)

Tradução autorizada da segunda edição revista,  
publicada em 2007 por The University of Chicago Press,  
de Chicago, Estados Unidos

Copyright © 1986, 2007, The University of Chicago

Copyright da edição em língua portuguesa © 2015:  
Jorge Zahar Editor Ltda.  
rua Marquês de S. Vicente 99 – 1ª | 22451-041 Rio de Janeiro, RJ  
tel (21) 2529-4750 | fax (21) 2529-4787  
editora@zahar.com.br | www.zahar.com.br

Todos os direitos reservados.  
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo  
ou em parte, constitui violação de direitos autorais. (Lei 9.610/98)

Grafia atualizada respeitando o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

O primeiro capítulo deste livro foi publicado numa versão ligeiramente  
diferente em *The Sociological Quarterly* vol.24 (outono 1983) e é  
reproduzido aqui com a permissão da Midwest Sociological Society.

Preparação: Mariana Oliveira | Revisão: Débora de Castro Barros, Carolina Sampaio  
Indexação: Nelly Praça | Capa: celso longo + daniel trench

CIP-Brasil. Catalogação na fonte  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

---

B356t Becker, Howard S.  
Truques da escrita: para começar e terminar teses, livros e artigos/  
Howard S. Becker; tradução Denise Bottmann; revisão técnica Karina  
Kuschnir. – 1.ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2015.  
(Antropologia social)

Tradução de: *Writing for social scientists: how to start and finish your  
thesis, book, or article*  
Inclui bibliografia e índice  
ISBN 978-85-378-1394-2

1. Pesquisa – Metodologia. 2. Redação técnica. 3. Escrita. I. Título. II.  
Série.

## Prefácio à edição brasileira

É UMA ENORME SATISFAÇÃO poder apresentar este livro a professores e estudantes brasileiros. Sempre admirei a escrita dos grandes sociólogos brasileiros do passado (meus favoritos são Sérgio Buarque de Holanda e Antonio Candido), bem como a sólida tradição da ciência social contemporânea. Eu ficaria muito feliz se percebesse que consegui ser útil às futuras gerações de pesquisadores e acadêmicos em seu desafio de dar continuidade a esta notável tradição.

Escrevi o livro, como digo no início, porque meus alunos (e também muitos colegas) tinham problemas terríveis para começar a escrever qualquer texto acadêmico e dificuldades constantes à medida que avançavam. Tinham a sensação de que era algo impossível. Não ficavam satisfeitos com o resultado obtido depois de tanto esforço. Tinham medo de mostrar aos outros o que haviam escrito, temendo que os amigos e principalmente os professores rejeitassem o trabalho. E eu mesmo conhecia muito bem esses receios, por experiência própria. O livro apresenta ideias que reuni ao longo de anos que passei escrevendo, ensinando estudantes de sociologia a escrever e oferecendo uma espécie de terapia diletante aos desesperados por alguma ajuda.

A principal mensagem que sempre procurei passar é que os problemas que as pessoas têm ao escrever não derivam de

alguma deficiência delas, de falta de dedicação, pouco talento ou de qualquer um dos vários defeitos que elas possam imaginar como causa de suas dificuldades. Lembro-lhes a ideia de C. Wright Mills, a qual, na formulação mais pertinente neste contexto, consistiria em que os problemas pessoais são problemas da organização social. Ou seja, as dificuldades que você enfrenta para escrever não são culpa sua nem resultado de uma inabilidade pessoal. A organização social na qual você escreve está criando essas dificuldades para você.

Este livro, baseado em minha experiência lecionando para estudantes americanos de ciências sociais alguns anos atrás, evidentemente está desatualizado. Não traz os últimos dados sobre os detalhes das exigências que nos fazem as organizações sociais onde todos nós – estudantes, professores, pesquisadores – trabalhamos. E, claro, trata de estudantes dos Estados Unidos, porque são os que eu conheço. Mas isso significa apenas que os leitores terão de pesquisar algumas coisas, para perceber como o ambiente em que estão inseridos interfere e dificulta o trabalho que têm a fazer. E, também, para que encontrem formas de melhorar a situação.

Um exemplo muito claro é o modo como os estudantes ficam isolados, sentados sozinhos olhando a tela do computador, escrevendo frase após frase e apagando logo em seguida. Por quê?

Eis meu palpite. Talvez não se aplique à sua situação, mas lhe dará um ponto de partida para começar sua investigação. Você escreve a frase, aí pensa em alguém e imagina essa pessoa lendo: pode ser um professor que você admira ou um colega que “todo mundo” acha que é ótimo. E então duas coisas vêm à sua mente. Primeiro, que ao escrever eles nunca têm as mesmas dúvidas que você tem sobre o valor do próprio

texto – não, eles simplesmente escrevem e acham que está perfeito. E, você pensa, todo mundo vai concordar com eles. Mas é claro que isso não é verdade. Por exemplo, essa frase que você acabou de ler, reescrevi seis vezes até ficar assim. E posso mudar mais uma vez!

E aí você imagina essas mesmas pessoas lendo sua frase... e rindo. Claro que isso não acontece, mas, só para garantir, você apaga rapidinho.

Agora você sumiu com aquela frase desagradável e se pôs a salvo das risadas imaginárias. Mas, claro, agora você ficou sem frase nenhuma. Então precisa recomeçar. Adiante, você vai ver o caso de algumas pessoas que sentem tanto medo da reação alheia que, se chegam ao final do dia com uma única frase, já é muita sorte.

Esse problema nasce das condições de isolamento em que muitas vezes trabalhamos: enclausurados sozinhos num aposento onde ninguém vê o que estamos fazendo. Os estudantes escondem seus textos uns dos outros, nunca veem os professores com a mão na massa nem o trabalho que têm antes de o texto deles ser publicado.

É essa privacidade socialmente organizada a origem do problema! Se os estudantes soubessem que os colegas estão tendo as mesmas dificuldades que eles... bom, seria como uma dessas viroses que “dizem que anda dando por aí”, o que significa que todo mundo pega, se sente mal por alguns dias e então passa. Se os estudantes soubessem que seus professores escrevem muitas frases péssimas, mas então reescrevem várias vezes, perceberiam que suas frases ruins também podem ser corrigidas. Você continua com o problema, com a dificuldade, mas agora sabe que não é irremediável. Sabe como tratar!

E que isso sirva de modelo para todos os seus problemas de redação! Encontre a situação que gera seu problema e mude-a.

Examine os pontos onde você está travando. Você acha que depois de escrever uma versão de alguma coisa não vai poder mudá-la? Mude e veja o que acontece. Não vai acontecer nada de ruim. Você terá um texto melhor, o que não é nenhum problema.

Bom trabalho!

*São Francisco, 2014*



# 1. “Introdução à redação” para estudantes de pós-graduação

Um caso e duas teorias

DEI VÁRIOS SEMINÁRIOS sobre redação para estudantes de pós-graduação. Isso exige uma certa “cara de pau”. Afinal, quando se ensina um assunto, supõe-se que a pessoa saiba alguma coisa a respeito. Como eu escrevia profissionalmente, como sociólogo, fazia quase trinta anos, isso me dava alguma base. Além disso, vários professores e colegas não só tinham feito reparos a meu tipo de texto, mas também me ensinaram inúmeras maneiras de melhorá-lo. Por outro lado, todo mundo sabe que os sociólogos escrevem muito mal, e o pessoal de literatura, diante de um texto ruim, faz piada dizendo que é “sociologia”, como os comediantes de *vaudeville* costumavam arrancar risadas dizendo “Cucamonga” (ver, por exemplo, a crítica de Cowley 1956 e a réplica de Merton 1972). A experiência e as lições não me salvaram das falhas que ainda divido com meus colegas.

Apesar disso, aproveitei a ocasião, motivado pelas histórias dos problemas crônicos que discentes e colegas docentes enfrentavam na escrita. Ofereci o curso.

O perfil dos inscritos na primeira turma me surpreendeu. Além dos dez ou doze pós-graduandos que se matricularam, a turma tinha também uns dois ou três pesquisadores em pós-doutorado e até alguns de meus colegas mais jovens, e

esse perfil se manteve nos anos seguintes. Seus problemas e preocupações com a redação superavam o medo de passarem vergonha voltando aos bancos de escola.

Minha cara de pau não se limitou a dar um curso sobre um assunto que eu não dominava: sequer preparei o curso, pois, sendo sociólogo e não professor de redação, não fazia ideia de como ensinar a escrever. Então, no primeiro dia de aula, entrei na sala sem saber o que ia fazer. Depois de algumas observações iniciais meio atrapalhadas, tive uma luz. Durante anos, eu havia lido as “Entrevistas com escritores” da *Paris Review* e sempre sentira um interesse levemente lascivo pelas coisas que os entrevistados revelavam sem o menor pudor sobre seus hábitos de escrita. Assim, eu me virei para uma velha amiga e ex-aluna da graduação, sentada à minha esquerda, e perguntei: “Louise, como você escreve?” Expliquei que não estava interessado em nenhuma linda história sobre a preparação acadêmica, e sim nos detalhes que realmente interessam: se ela datilografava ou escrevia a mão, se usava algum tipo especial de papel ou trabalhava em alguma hora específica do dia. Não sabia o que ela ia dizer.

A tentativa deu certo. Sem maiores hesitações, ela descreveu longamente uma rotina complicada que devia ser cumprida à risca. Mesmo não estando constrangida em falar, alguns colegas se mostravam inquietos na cadeira, enquanto ela explicava que só escrevia em blocos de papel ofício amarelo, pautado, usando uma hidrográfica verde, que antes precisava limpar a casa (coisa que veio a se mostrar uma preliminar recorrente entre as mulheres, mas não entre os homens, mais propensos a apontar vinte lápis), que só conseguia escrever entre tais e tais horas, e assim por diante.

Vi que a coisa prometia e passei para a vítima seguinte, um rapaz. Um pouco mais relutante, ele expôs seus hábitos igualmente peculiares. O terceiro pediu desculpas, mas disse que preferia pular sua vez. Não deixei. Ele tinha boas razões, como se viu depois. Todos tinham. Àquela altura, dava para ver que as pessoas estavam expondo coisas embaraçosas, nada que desse muita vontade de comentar na frente de vinte colegas. Fui implacável, fazendo todo mundo contar tudo, sem poupar a mim mesmo.

Esse exercício gerou um grande nervosismo, mas também muito divertimento, enorme interesse e, por fim, uma descontração surpreendente. Comentei que todos estavam aliviados, e deviam estar mesmo, pois, se seus piores medos – serem loucos de pedra – eram reais, em compensação não eram mais loucos do que ninguém. Era uma doença comum. Assim como as pessoas se sentem aliviadas quando descobrem que alguns sintomas físicos alarmantes que costumam ocultar são apenas algo que “anda acontecendo”, saber que os outros têm hábitos de escrita malucos devia ser, e visivelmente era, uma boa coisa.

Prossigui com minha interpretação. De certo ponto de vista, os participantes estavam descrevendo sintomas neuróticos. Mas, de uma perspectiva sociológica, tais sintomas eram rituais mágicos. Segundo Malinowski (1948, p.25-36), as pessoas fazem esses rituais para influir no resultado de algum processo sobre o qual julgam não ter meios de controle racionais. Ele descreveu o fenômeno que observou nas Ilhas Trobriand:

Assim, na construção de canoas, o conhecimento empírico do material, da tecnologia e de certos princípios de estabilidade e

hidrodinâmica funciona associado e intimamente ligado com a magia, mas sem se afetarem mutuamente.

Por exemplo, eles entendem com plena clareza que, quanto mais larga a toleteira, maior a estabilidade, embora menor a resistência à tensão. Podem explicar claramente por que precisam dar à toleteira uma determinada largura tradicional, medida em frações do comprimento da embarcação. Também sabem explicar, em termos rudimentares, mas nitidamente mecânicos, como precisam se conduzir durante uma ventania súbita, por que a toleteira precisa ficar sempre a barlavento, por que um tipo de canoa consegue resistir e outro não. Dispõem, de fato, de um sistema completo de princípios de navegação, incorporado numa terminologia complexa e variada, transmitido pela tradição e obedecido de modo tão racional e metódico quanto os marinheiros modernos em relação à ciência moderna...

Mas, mesmo com todo o seu conhecimento sistemático, aplicado de maneira metódica, ainda ficam à mercê de correntes fortes e incalculáveis, de vendavais repentinos durante as monções e de recifes desconhecidos. E aqui entra a magia deles, que executam sobre a canoa durante sua construção, realizam no começo e durante as expedições e à qual recorrem em momentos de verdadeiro perigo. (p.30-1)

Assim como os marinheiros trobriandeses, os sociólogos que não conseguiam lidar racionalmente com os perigos de escrever usavam sortilégios mágicos, que os livravam da ansiedade, embora não afetassem o resultado.

Então perguntei à turma: o que vocês tanto temem não conseguir controlar racionalmente, a ponto de usarem todos esses rituais e fórmulas mágicas? Não sou freudiano, mas achei

que eles teriam resistência em responder. Não, não tiveram. Pelo contrário, falaram bastante sobre isso e com muita franqueza. Para resumir o extenso debate que se seguiu, eles tinham medo de duas coisas. Temiam não conseguir organizar seus pensamentos, que escrever fosse ser uma confusão tão grande que ficariam doidos. Falaram de um segundo medo: que o que escrevessem estivesse “errado” e que as pessoas (não especificadas) iriam rir deles. Isso, pelo visto, explicava um pouco mais o ritual. Outra moça, que também escrevia em blocos de papel ofício amarelo pautado, sempre começava na segunda folha. Por quê? Bom, disse ela, se alguém passasse por ali, dava para abaixar a folha de cima e tampar o que estava escrevendo, para o outro não ver.

Vários rituais eram para assegurar que o texto não fosse tomado como produto “acabado”, pois assim ninguém poderia rir dele. A desculpa já estava embutida ali. Creio que é por isso que mesmo os escritores rápidos na digitação muitas vezes usam métodos demorados, como escrever a mão. É evidente que qualquer coisa escrita a mão ainda não está pronta e, portanto, não pode ser criticada como se estivesse. Mas há uma maneira ainda mais segura de garantir que não se tome um texto como efetiva expressão das capacidades de seu autor: é não escrever nada. Ninguém pode ler o que nunca foi posto no papel.

Acontecera uma coisa importante naquela turma. Como também comentei naquele primeiro dia, todos haviam contado algo embaraçoso sobre si mesmos e ninguém tinha morrido. (Nisso, era algo parecido com o que se pode chamar de “novas terapias da Califórnia”, em que a pessoa desnuda sua psique ou seu corpo em público e descobre que a revelação não mata.)

Fiquei surpreso que as pessoas daquela turma, várias das quais se conheciam muito bem, não sabiam absolutamente nada sobre os hábitos de trabalho dos colegas e, na verdade, nunca tinham lido seus textos. Decidi fazer algo a respeito.

Inicialmente, eu dissera aos interessados que o curso daria ênfase não à redação, mas à revisão e reelaboração de textos. Por isso, como requisito para frequentar o curso, eles teriam de entregar um artigo já escrito, para treinarem as correções. Mas, antes de pegar esses artigos, decidi mostrar o que era revisar e reescrever. Uma colega me emprestou um segundo rascunho de um artigo em que estava trabalhando. No começo da segunda aula, distribuí sua seção sobre “a metodologia do trabalho”, em três ou quatro páginas, e passamos três horas reescrevendo o texto.

Normalmente, os sociólogos usam vinte palavras quando duas bastariam, e passamos a maior parte daquela tarde cortando o excesso de palavras. Usei um método que já tinha usado muitas vezes em aulas particulares. Com o lápis numa palavra ou oração, eu perguntava: “Isso precisa estar aqui? Se não, vou eliminar.” Frisei bem que, ao fazer alguma alteração, não podíamos eliminar a mais leve nuance do pensamento do autor. (Aqui eu estava pensando nas regras que C. Wright Mills (1959, p.27-31) seguira em sua famosa “tradução” de passagens de Talcott Parsons.) Se ninguém defendesse a palavra ou a frase, eu cortava. Mudei construções na voz passiva para a voz ativa, juntei frases, dividi frases longas – todas as coisas que esses estudantes já tinham aprendido a fazer nas aulas de introdução à redação. Depois de três horas, tínhamos reduzido quatro páginas a três quartos de uma página, sem perder nenhuma nuance ou detalhe essencial.

Trabalhamos numa frase longa – em que a autora avaliava as possíveis implicações daquilo que o artigo colocara até o momento – por um bom tempo, eliminando palavras e expressões até ficar reduzida a um quarto do que era. Por fim, sugeri (com uma ponta de malícia, mas eles não tinham muita certeza disso) que cortássemos toda aquela passagem e só puséssemos: “E daí?”. Alguém por fim rompeu o silêncio de espanto: “Você pode tirar, mas a gente não poderia.” Então falamos sobre o tom, concluindo que eu também não poderia tirar, a menos que tivesse preparado o terreno para aquele tipo de tom e fosse apropriado para a ocasião.

Os estudantes ficaram com muita pena de minha colega, que havia cedido as páginas para nossa cirurgia. Acharam que tinha sido humilhante para ela e que foi uma sorte que ela não estivesse lá para morrer de vergonha. Compadecendo-se dessa maneira, eles estavam se baseando em seus próprios sentimentos não profissionais, sem perceber que, para as pessoas que escrevem profissionalmente, e escrevem muito, fazia parte da rotina reescrever o texto, tal como havíamos feito. Eu queria que eles entendessem que aquilo não era incomum e que deviam se acostumar à ideia de reescrever muito, e por isso lhes contei (com sinceridade) que eu normalmente reescrevia umas oito ou dez vezes o manuscrito antes da publicação (mas não antes de mostrá-lo a meus amigos). Ficaram surpresos, pois, como explicarei mais adiante, eles achavam que os “bons escritores” (pessoas como seus professores) já conseguiam redigir tudo certo na primeira vez.

Esse exercício trouxe vários resultados. Os estudantes ficaram exaustos, pois nunca tinham passado tanto tempo ou examinado com tanta atenção um mesmo texto, nunca tinham

imaginado que alguém era capaz de passar tanto tempo numa tarefa daquelas. Viram e testaram vários procedimentos editoriais de praxe. Mas o resultado mais importante surgiu no final da tarde, quando uma estudante – aquela maravilhosa estudante que diz o que os outros estão pensando, mas preferem ficar quietos – falou em tom cansado: “Puxa, Howie, quando você diz assim, fica de um jeito que qualquer um poderia dizer.” É, exato.

Falamos sobre isso. O que era sociológico: o que você dizia ou como você dizia? Pois veja só, não havíamos substituído nenhum termo técnico da linguagem sociológica. Não era essa a questão (quase nunca é). Havíamos substituído redundâncias, “palavras bonitas”, expressões pomposas (por exemplo, minha *bête noire*\* pessoal, “a maneira pela qual”, que geralmente pode ser trocada por um simples “como”, sem nenhuma perda a não ser o tom pretensioso) – qualquer coisa que pudesse ser simplificada sem prejuízo para a ideia. Concluímos que os autores tentavam dar corpo e peso ao que escreviam utilizando um tom acadêmico, mesmo em detrimento do verdadeiro significado.

Descobrimos mais algumas coisas naquela tarde interminável. Algumas daquelas longas expressões redundantes não podiam ser substituídas porque não havia nenhum sentido por trás delas. Estavam ali para preencher o espaço, marcando um lugar onde o autor deveria dizer algo mais simples, mas, no momento, não tinha nada simples para dizer. Mesmo assim, esses lugares tinham de ser preenchidos, pois, do contrário, o autor ficaria com a frase pela metade. Os escritores usavam essas expressões e frases sem sentido não por um simples capri-

---

\* Implicância pessoal, em francês no original. (N.T.)



cho ou porque tinham cacoetes indesejáveis na escrita. Certas situações exigiam a presença delas para preencher espaço.

Os escritores costumam usar expressões sem sentido para encobrir dois tipos de problemas. Ambos refletem sérios dilemas da teoria sociológica. Um dos problemas tem a ver com o agente: quem fez as coisas que a frase afirma que foram feitas? Muitas vezes, os sociólogos preferem locuções que não dão uma resposta clara a essa pergunta, em larga medida porque muitas de suas teorias não lhes dizem quem está fazendo o quê. Em diversas teorias sociológicas, as coisas simplesmente acontecem sem serem feitas por ninguém. É difícil encontrar um sujeito para uma frase quando estão operando “forças sociais mais amplas” ou “processos sociais inexoráveis”. Quando se evita dizer quem fez tal ou tal coisa, surgem dois defeitos típicos da redação sociológica: o costume de usar a voz passiva e substantivos abstratos.

Se você diz, por exemplo, que “os desviantes foram rotulados”, não precisa dizer quem os rotulou. É um erro teórico, e não só uma falha de redação. Um ponto importante na teoria de rotulação do desvio (destacado em Becker 1963) é justamente que alguém rotula a pessoa de desviante, alguém que tem o poder para tanto e boas razões para querer fazer isso. Se você deixa esses agentes de fora, distorce a teoria, tanto na prática quanto no seu princípio. Apesar disso, é uma locução corrente. Os sociólogos cometem erros teóricos similares quando dizem que a sociedade faz isso ou aquilo ou que a cultura leva as pessoas a fazerem tais ou tais coisas, e eles escrevem assim o tempo inteiro.

A incapacidade ou falta de vontade dos cientistas sociais de fazer afirmativas causais também leva a uma redação ruim.

O *Ensaio sobre o entendimento humano*, de David Hume, nos deixa aflitos na hora de afirmar que demonstramos as conexões causais, e, embora poucos sociólogos sejam tão céticos quanto Hume, em sua maioria eles julgam que, apesar dos esforços de John Stuart Mill, do Círculo de Viena e de todos os demais, correrão sérios riscos acadêmicos se alegarem que A é causa de B. Os sociólogos encontram diversas maneiras de descrever covariâncias, geralmente usando expressões vazias que insinuam o que gostaríamos de dizer, mas não temos coragem. Como receamos dizer que A causa B, dizemos: “Há uma tendência de covariarem” ou “Parecem estar associados”.

As razões disso nos reconduzem aos rituais da escrita. Escrevemos assim porque, se escrevermos de outra maneira, temos medo de que os outros nos flagrem em erros primários e riam de nós. Melhor dizer algo inócuo, mas seguro, do que algo mais arrojado, que você talvez não consiga defender contra as críticas. Pois veja, não há problema em dizer “A varia com B”, se for realmente o que você quer dizer, e faz todo sentido afirmar: “Penso que A causa B e meus dados sustentam essa afirmação mostrando a covariância deles.” Mas muitos usam essas expressões para apenas sugerir asserções mais incisivas, pelas quais simplesmente não querem ser censurados. Querem descobrir causas, porque causas têm interesse científico, mas não querem a responsabilidade filosófica.

Todos os professores e manuais de redação em inglês criticam construções na voz passiva, substantivos abstratos e a maioria das outras falhas que citei. Não inventei esses critérios. Na verdade, aprendi em cursos de redação. Embora tais critérios, portanto, sejam independentes de qualquer escola de pensamento, acredito que minha preferência pela clareza e

pelo tom direto também tem raízes na tradição da sociologia interacionista simbólica, que concentra seu enfoque em agentes reais em situações reais. Meu colega brasileiro Gilberto Velho insiste que são critérios etnocêntricos, muito favorecidos na tradição anglo-americana do discurso direto, justificando que o estilo indireto e mais floreado vem de tradições europeias. Penso que está errado, visto que alguns dos melhores escritores em outras línguas também usam um estilo direto.

Analogamente, Michael Schudson me perguntou, e com boa dose de razão, como deveria escrever alguém que acredita que as estruturas – relações de produção capitalistas, por exemplo – causam os fenômenos sociais. Esse teórico deveria usar construções na voz passiva para indicar a passividade dos atores humanos envolvidos? Essa pergunta requer duas respostas. A mais simples é que poucas teorias sociais sérias não deixam nenhum espaço à ação humana. A segunda, e mais importante, é que as construções na voz passiva chegam a ocultar o papel de agente atribuído aos próprios sistemas e estruturas. Suponha-se que um sistema rotula os desviantes. Dizer “os desviantes são rotulados” também encobre isso.

Grande parte do que eliminamos do artigo de minha colega, durante a aula, consistia naquilo que, para as finalidades do curso, chamei de “qualificações furadas” (“*bullshit qualifications*”, tomando como precedente legitimador a crítica de Wayne Booth ao “papo-furado polissilábico de raiz grega” (Booth 1979, p.277)), expressões vagas indicando uma pronta disposição a abandonar o aspecto apontado caso alguém faça alguma objeção: “A tende a estar relacionado com B”, “A talvez possa tender a estar relacionado com B em certas condições” e outras qualificações igualmente tímidas. Uma qualificação efetiva diz que

A está relacionado com B, salvo certas circunstâncias especificadas: sempre compro comida na Safeway, a menos que ela esteja fechada; a relação positiva entre renda e instrução é maior se você for branco do que se for negro. Mas os estudantes, como outros cientistas sociais, geralmente usavam qualificações menos específicas. Queriam dizer que a relação existia, mas sabiam que alguém, mais cedo ou mais tarde, iria encontrar uma exceção. O qualificador ritual, não específico, lhes dava uma escapatória para qualquer eventualidade. Se fossem atacados, podiam dizer que nunca afirmaram que aquilo era sempre verdade. As qualificações furadas, tornando as afirmações vagas, ignoram a tradição filosófica e metodológica segundo a qual fazer generalizações numa forma universal forte ajuda a evidenciar casos negativos que podem servir para aperfeiçoá-las.

Quando perguntei aos estudantes da turma por que escreviam daquela maneira, vim a saber que haviam pegado muitos dos hábitos na escola e os consolidaram na faculdade. O que tinham aprendido a escrever eram trabalhos de semestre (ver a discussão de Shaughnessy (1977, p.85-6) sobre as condições da redação na graduação). Você escreve o trabalho do semestre fazendo todas as leituras ou pesquisas exigidas durante o período e, enquanto isso, vai montando mentalmente a monografia. Mas depois escreve de uma vez só, às vezes a partir de um esboço geral, e geralmente na noite anterior à data de entrega. Como uma pintura japonesa, você faz, e fica bom ou não. Os estudantes de graduação não têm tempo de reescrever, visto que muitas vezes precisam entregar vários trabalhos na mesma época do ano. O método funciona para a graduação. Alguns adquirem grande prática nesse formato e entregam trabalhos respeitáveis, bem acabados, formulando-os mental-

mente enquanto andam pelo campus e pondo por escrito logo antes da data de entrega. Os professores sabem de tudo isso. Se não conhecem a mecânica da coisa, pelo menos conhecem os resultados e não esperam trabalhos com mais coerência ou melhor acabamento do que esse método permite.

Os estudantes que costumam trabalhar dessa maneira ficam preocupados com a versão que redigem, o que é compreensível. Eles sabem que poderia ser melhor, mas não será. O que escrevem fica assim mesmo. Desde que esse documento se mantenha confidencial, na relação convencionalmente privada entre aluno e professor, não constrangerá demais o autor.

Mas a organização social da escrita e da reputação muda na pós-graduação. Os professores comentam os trabalhos dos estudantes com seus colegas e com outros estudantes, seja elogiando ou criticando. Com sorte, eles vêm a se transformar em trabalhos para a qualificação ou em dissertações, lidos por vários membros do corpo docente.

Os estudantes da pós também redigem trabalhos mais longos do que o pessoal da graduação. Os habituados ao trabalho semestral não têm a mesma facilidade para guardar na cabeça um trabalho mais extenso. É aí que começam a perder a facilidade na escrita. Não conseguem redigir o texto de uma tacada só sem sentir medo de despertar críticas e zombarias. Então, não escrevem.

Não contei todas essas coisas aos estudantes nas primeiras aulas, só depois. O que fiz foi dar tarefas para que desistissem do método de escrever o texto de uma vez só. Então poderiam criar outras rotinas, menos penosas e igualmente eficazes para ganhar a recompensa acadêmica. Em todas as turmas que tive, sempre havia alguns mais intrépidos que confiavam em mim a

ponto de prosseguir com as experiências. Minha fama de não ser um carrasco abrandava o medo tradicional dos estudantes pelos professores, e os que tinham feito outros cursos comigo confiavam em minhas excentricidades. Os professores que não dispõem de tais vantagens provavelmente teriam mais problemas em usar alguns desses expedientes.

Falei aos estudantes que não fazia muita diferença o que eles escrevessem num primeiro rascunho, pois sempre podiam modificar. Como o que colocavam no papel não era necessariamente definitivo, não precisavam se preocupar muito com o que escreviam. A única versão importante era a final. Já tinham visto uma amostra das mudanças que podiam fazer e prometi que mostraria mais.

Nossa revisão em aula e minha respectiva interpretação acalmaram os estudantes. Pedi que trouxessem na próxima aula aqueles textos que eu exigira como pré-requisito para a inscrição no curso, mas que ainda não havia recolhido. (Alguns estudantes deram para trás. Na segunda vez em que dei o curso, uma aluna disse que não ia entregar o texto porque não tinha. Fiquei bravo: “Qualquer um que frequenta a escola esse tempo todo tem montes de textos escritos. Traga um.” Então a verdadeira razão aflorou: “Não tenho nenhum que preste.”) Depois de recolher os textos e misturar bem todos eles, distribuí as folhas à turma, tomando cuidado para que ninguém recebesse seu próprio texto. Na semana seguinte, eles os devolveram aos respectivos autores. O pessoal ficou muito sério, olhando o que tinha sido feito. Muita coisa. Havia marcas de tinta vermelha do começo ao fim.

Perguntei como se sentiram copidescando o texto de outra pessoa. Falaram muito, e irritados. Tinham ficado surpresos

com a trabalhadeira que deu e com a quantidade de erros bobos. Depois de uma hora de reclamações, perguntei como se sentiram ao ter seus textos copidescados. Falaram, e também irritados, mas agora reclamando que quem lera o texto tinha sido impiedoso, não entendera o que eles queriam dizer, alterara o texto com coisas que jamais tiveram a intenção de dizer. Os mais espertos logo perceberam que a carapuça lhes servia, e todos ficaram em silêncio quando se deram conta. Falei que deviam pensar naquela lição, e agora podiam ver que precisavam escrever de uma maneira que os copidesques bem-intencionados – e deviam supor que os colegas eram bem-intencionados – não se enganassem quanto ao sentido. Disse-lhes que, muitas vezes, seus trabalhos seriam revistos por colegas e preparadores de texto, e que era melhor irem se acostumando à ideia, sem se sentir ofendidos por causa disso. Deviam era tentar escrever com clareza, para que ninguém entendesse mal e fizesse alterações que iriam desagradá-los.

Então falei que podiam começar escrevendo praticamente qualquer coisa, qualquer rascunho, por mais fraco e confuso que ficasse, e depois o transformariam em algo bom. Para provar, eu precisava de alguém que fizesse um primeiro rascunho despreocupado, algumas ideias anotadas sem muito cuidado e sem nenhuma correção. Expliquei que esse rascunho os ajudaria a descobrir o que eles queriam dizer. (Essa foi uma das vezes em que inventei algo que eu não sabia que já estava sendo desenvolvido pelo pessoal da teoria da composição. Linda Flower (1979, p.36), por exemplo, expõe e analisa o mesmo procedimento, chamando-o de “prosa baseada no escritor”, que “dá ao escritor liberdade de gerar uma grande amplitude de informações e uma ampla variedade de relações

possíveis, antes de se prender a uma formulação prematura”). Levou algum tempo até encontrarmos alguém disposto a enfrentar um processo tão arriscado. Distribuí na turma cópias do documento resultante.

A moça que contribuiu com o texto fez algumas piadinhas nervosas sobre si mesma, sobre colocar-se em risco ao deixar que as pessoas o lessem. Para sua surpresa, os colegas ficaram admirados com o que ela tinha escrito. Podiam ver que estava mal redigido e confuso, mas também podiam ver, e dizer, que ela tinha ali algumas ideias realmente interessantes, as quais podiam ser desenvolvidas. Também manifestaram sua admiração pela coragem dela. (Nos anos seguintes, outros estudantes destemidos causaram o mesmo efeito sobre os colegas.)

O rascunho mostrava os rodeios da autora para abordar o tema (como os escritores descritos em Flower e Hayes 1981), sem muita certeza do que queria dizer, repetindo a mesma coisa várias vezes e de diversas maneiras. Na comparação entre as versões, ficou fácil enxergar a ideia que ela estava rodeando e chegar a uma formulação mais concisa. Com isso, encontramos três ou quatro ideias a ser trabalhadas e pudemos ver ou sentir algumas conexões entre elas. Concordamos que a maneira de trabalhar com aquele rascunho seria fazer anotações nele, ver o que continha e depois montar um plano geral para outro rascunho. Para que se incomodar em evitar redundâncias ou os outros defeitos que nos tinham dado tanto trabalho para eliminar na semana anterior, se, tendo agora adquirido essas novas habilidades, seria fácil se livrar deles mais adiante? Ficar se preocupando com essas falhas apenas retardaria seu ritmo, impediria que você dissesse algo em alguma das maneiras que lhe dariam a pista de que pre-



cisava. Melhor corrigir depois, e não durante. Os estudantes começaram a ver que a redação não precisa ser feita de uma tacada só, um lance de tudo ou nada. Podia ser em etapas, cada qual com seus critérios de excelência (como Flower e outros poderiam lhes explicar, mas talvez fosse melhor descobrirem por experiência própria). A insistência na clareza e no acabamento, adequada para uma versão mais adiantada, era totalmente inadequada para as versões mais iniciais, cujo objetivo era colocar as ideias no papel. Chegando a tais conclusões, eles reproduziram alguns dos resultados de Flower e começaram a entender que a preocupação com as regras de redação numa fase muito inicial do processo podia impedi-los de dizer o que realmente tinham a dizer (questão apontada na linguagem da psicologia cognitiva em Rose 1983).

Não quero exagerar. Meus estudantes não jogaram fora as muletas e começaram a dançar. Mas viram que seus problemas tinham solução, e era só isso o que eu queria. Sabendo que era possível, poderiam tentar. Só saber não bastava, claro. Tinham de usar esses recursos, integrá-los em sua rotina de escrita, talvez substituindo alguns dos elementos mágicos que havíamos comentado.

Fizemos muitas outras coisas no seminário. Discutimos retórica, lendo Gusfield sobre a retórica das ciências sociais (1981) e “A política e a língua inglesa” de Orwell (1954). Foi uma surpresa: Gusfield, o sociólogo, teve mais impacto do que Orwell, o escritor. Ele mostrava como os escritores da mesma área dos estudantes utilizavam recursos estilísticos para soar “científicos”, em especial apontando como as construções na voz passiva podiam criar uma fachada impessoal por trás da qual o investigador podia se esconder. Discutimos

a redação científica como forma de retórica, na intenção de persuadir, e quais eram as formas de persuasão tidas como legítimas ou ilegítimas pela comunidade científica. Insisti na natureza retórica da redação científica, embora os estudantes, como muitos docentes, acreditassem que algumas maneiras de escrever eram tentativas ilegítimas de persuadir, ao passo que outras se limitavam a apresentar os fatos e deixavam que eles falassem por si sós. (Esse aspecto foi extensamente examinado por sociólogos da ciência e estudiosos da retórica. Ver, em especial, Bazerman 1981, Latour e Bastide 1983 e as referências bibliográficas ao final deste livro.)

Aqui, também, quem me ajudou foi aquele tipo de estudante, que eu aprecio muito. Depois de passarmos um bom tempo discutindo a retórica da ciência, ele perguntou: “Tudo bem, Howie, eu sei que você nunca gosta de nos dizer o que fazer, mas você vai dizer ou não?” E eu: “Dizer o quê?” “Como escrever sem usar retórica!” Tal como antes, todo mundo estava na expectativa de que eu revelasse o segredo. Na hora em que ouviram o colega comentar em voz alta, seus piores medos se confirmaram. Não era possível escrever sem usar retórica e, portanto, não havia como fugir às questões de estilo.

Durante vários anos ministrando o curso, desenvolvi uma teoria da composição que descreve o processo que gera o texto e também as dificuldades de redigi-lo. (Ela aparece, em forma mais geral, em *Art Worlds* (Becker 1982a), como uma teoria de criação de todas as espécies de obras de arte. Embora derive de uma psicologia social muito diferente da psicologia cognitiva que predomina nos trabalhos em teoria da composição, minhas ideias são semelhantes às de Flower e Hayes e de seus colegas.) A forma final de qualquer obra

resulta de todas as escolhas feitas por todas as pessoas envolvidas em sua produção. Quando escrevemos, fazemos escolhas constantes como, por exemplo, qual ideia tomaremos, e quando; que palavras usaremos para expressá-la, e em que ordem; quais exemplos daremos para deixar o significado mais claro. É evidente que, na verdade, a redação é posterior a um processo ainda mais longo de absorção e desenvolvimento das ideias, este por sua vez precedido por um processo de absorção e seleção das impressões. Cada escolha contribui para moldar o resultado.

Se essa análise é fundada, estamos enganados ao pensar que, quando sentamos para escrever, vamos compor a partir do zero e podemos escrever qualquer coisa. Nossas escolhas anteriores – olhar tal coisa de tal maneira, pensar em tal exemplo para desenvolver nossas ideias, empregar tal maneira de reunir e armazenar dados, ler tal romance ou assistir a tal programa de tevê – excluem nossas outras escolhas possíveis. A cada vez que respondemos a uma pergunta sobre nosso trabalho e o que andamos pensando ou descobrindo, nossa escolha de palavras afetará a maneira como vamos descrevê-lo da próxima vez, talvez quando estivermos tomando notas ou montando um plano geral.

Os estudantes, em sua maioria, tinham uma visão mais convencional, encarnada na famosa máxima que diz: se você pensa com clareza, escreverá com clareza. Eles achavam que deviam elaborar tudo antes de escrever a Primeira Palavra, reunindo todas as suas impressões, ideias e dados, e resolvendo explicitamente todas as questões teóricas e empíricas importantes. Do contrário, podia sair errado. Encenavam ritualmente essa crença abstando-se de começar a escrever enquanto não em-

pilhassem na mesa todos os livros e anotações de que talvez viessem a precisar. Além disso, achavam que tinham liberdade de escolha na maioria dessas questões, o que levava a observações como “Creio que vou usar Durkheim em minha seção sobre a parte teórica”, como se já não tivessem resolvido muito tempo antes as questões teóricas sugeridas pela invocação de Durkheim (ou de Weber ou Marx), na maneira como haviam feito o trabalho. (Os estudiosos de outras áreas saberão quais Grandes Nomes podem usar aqui.)

Minha teoria segue na direção oposta: ao se sentar para escrever, você já fez muitas escolhas, mas provavelmente não sabe quais foram. É natural que isso leve a alguma confusão, a um primeiro rascunho bem bagunçado. Mas um rascunho confuso não é vergonha nenhuma. Pelo contrário, ele mostra quais foram suas primeiras escolhas, com quais ideias, perspectivas teóricas e conclusões você já se comprometeu antes de começar a redigir. Ciente de que escreverá muitos outros rascunhos, você sabe que não precisa se preocupar se esse primeiro está muito cru e desconjuntado. Ele se destina a fazer descobertas, não a ser apresentado (a distinção é de C. Wright Mills (1959, p.222), seguindo Reichenbach).

Assim, a redação de um primeiro rascunho cru vai lhe mostrar todas as decisões anteriores que agora moldam o que você pode escrever. Não pode “usar” Marx se foram as ideias de Durkheim que moldaram seu pensamento. Não pode escrever sobre coisas que seus dados coletados não revelam ou que seu método de armazenamento de dados não permite demonstrar. Você vê o que tem e o que não tem, o que já fez e já sabe, e o que falta fazer. Você vê que a única coisa que falta – embora já tenha começado a escrever – é deixar tudo mais claro.